

A vez das empreiteiras

Quando o sr. José Carlos Alves dos Santos, o rastilho que detonou toda essa escabrosa história de corrupção que está vindo agora à tona, foi depor na CPI do Orçamento, ele fez questão de começar sua exposição dizendo à sua platéia, formada exclusivamente por congressistas, que não havia ali quem já não tivesse conhecimento do que ele iria contar sobre o esquema da manipulação de verbas do Orçamento da União no Congresso Nacional.

O mesmo havia dito, de forma mais velada, o sr. Paulo César Farias, no depoimento que prestou à CPI que levou o seu nome, ao reagir contra a indignação de alguns parlamentares com as revelações sobre a forma de financiamento da campanha do ex-presidente Fernando Collor:

“Senhores, não sejamos hipócritas!” — resumiu o tesoureiro de Collor.

O mesmo pode ser dito sobre o caso das empreiteiras, que ganhou as manchetes da imprensa com os documentos levantados pela CPI na casa do diretor de uma delas em Brasília. Não só o Congresso Nacional mas qualquer brasileiro razoavelmente informado já estavam fartos de saber que nos últimos 50 anos, pelo menos, não se realizou uma única grande obra pública no Brasil sem algum tipo de irregularidade, seja na hora da concorrência, seja no pagamento de gorjetas para a fiscalização, seja, principalmente, com as inevitáveis “contribuições” para a “caixinha” do chefe de Executivo que determinou a execução da obra.

O que não se conhecia ainda — e, até agora, não se conhece porque o que o senador Bisol, acodadamente, divulgou é muito pouco e muito confuso — eram os detalhes de organização e funcionamento do esquema agora denunciado, com alarido exagerado. Se esse “consórcio” realmente existe, essa é a única novidade. Mesmo assim, é preciso analisar com extrema cautela o que está sendo descoberto, para não misturar no mesmo saco as irregularidades e falcaturas, como o pagamento de propinas, com o que são atividades normais e legítimas de empresários que, como qualquer cidadão consciente, têm o direito de defender os seus legítimos interesses empresariais, políticos e ideológicos e de tentar exercer influência na elaboração de leis e normas que regem a vida do País. Assim como a CUT e os sindicatos têm o direito — e até o dever — de irem ao Congresso pressionar, por vias legais, sem violência, os parlamentares para votarem coisas que eles julgam de interesse de seus liderados, empresas e líderes empresariais também têm.

O que o envolvimento das empreiteiras nas apurações da CPI do Orçamento pode ter de

realmente importante é a revelação de um outro “escalão” da corrupção, que se situa nas relações diretas entre os governantes, que têm o poder de determinar a realização de uma grande obra, e os grandes empreiteiros que podem concorrer à sua execução. Entre os grandes empreiteiros e os “negociadores” dos chefes dos governos federal, estaduais e, em alguns casos, municipais. Presidentes, governadores e, em alguns casos raros, prefeitos.

O tipo de obras que realmente interessa às grandes empreiteiras — as grandes hidrelétricas, as grandes estradas pavimentadas, os metrô e outras que, pelo seu volume e complexidade técnica, somente elas estão em condições de executar — não pode ser intermediado por **Anões** que produzem emendas para os Orçamentos. Assim, se a CPI do Orçamento desejar devassar também esse escalão da corrupção, o caminho que deverá seguir é diferente desse que vem seguindo a partir das denúncias do sr. José Carlos Alves dos Santos e terá, fatalmente, de levar as investigações a ex-presidentes, ex-governadores e governadores em exercício, ex e atuais prefeitos, além, evidentemente, dos grandes empreiteiros que já estão na berlinda.

Desse modo, será possível fechar o circuito da corrupção que, ao contrário do que sempre insinuam os inimigos da empresa privada, tem sempre como agentes ativos aqueles que detêm o poder político. Na sociedade civil se encontram, apenas, os seus agentes passivos.

Muitos defensores das empreiteiras alegam que elas agem à margem dos princípios éticos porque não têm outra saída: ou pagam propinas para participar e ganhar concorrências e, depois, para receber o dinheiro pelos serviços prestados, ou saem do jogo e fecham as suas portas. E quem dita as regras, obviamente, é quem tem o poder de decidir quais obras serão feitas e quem poderá fazê-las. A desculpa é: a corrupção é do sistema e, ou aceitamos, ou morremos. É cinismo, mas é verdade.

Por tudo isso, a principal obrigação do Congresso agora, mais mesmo do que identificar todos os corruptos desse esquema, é, com a revisão constitucional, eliminar a estrutura que propicia e incentiva a prática de irregularidades. Não só mexer na legislação eleitoral e partidária, nas leis penais, na forma de confeccionar o Orçamento. Mas, principalmente, desestatizar, desregular e descentralizar, ou seja, diminuir o tamanho do Estado, o que significa diminuir a área onde a corrupção medra.

Quanto menos obras e serviços os governos tiverem, menos oportunidades de negócios escusos existirão. E o dinheiro público será melhor aplicado.